CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 125/91

INTERESSADO: Hugo Soares de Conti

ASSUNTO: Recurso sobre retenção - adaptação de Filosofia - 2º Grau

RELATOR: Cons. ROBERTO MOREIRA

PARECER CEE Nº 394/91 - **Conselho Pleno** - Aprovado em 22/05/91

1. HISTÓRICO

Hugo Soares de Conti, RG 17.555.937/SP, aluno regularmente matriculado na 3ª série do 2º grau em 1990, na EESG. "Prof. José Marques da Cruz", 7ª DE, recorre a este Colegiado, solicitando que seja reconhecida a série cursada e considerado como concluinte do Curso de 2º Grau para prosseguimento de estudos, expondo a seguinte situação:

transferiu-se da EESG "Ascendino Reis" para a referida escola no início de 1990, sendo que, na escola de origem deixou de cursar o componente curricular Filosofia, na 2ª série, por não constar da organização curricular da unidade;

na escola recipiendária, o referido componente curricular consta do currículo da 2ª série, sendo necessária a adaptação, o que lhe foi comunicado em fins de abril;

a escola estabeleceu o cumprimento da carga horária no turno da manhã, pois o aluno freqüentava o curso noturno;

estava impossibilitado de freqüentar a adaptação pela manhã, uma vez que é servidor da empresa Seletto S/A - Industria e Comercio de Café, cumprindo o horário das 7h24m às 17h12m, do 2a. a 6a. feira;

freqüentou as aulas da 3a. serie normalmente e obteve aprovação em todos os componentes curriculares, sendo considerado retido por não cumprir a adaptação;

não lhe foi dada oportunidade de cumprir a referida adaptação através de planos especiais (trabalhos, estudo dirigido, exercícios).

Tendo tomado ciência de sua situação, recorreu junto a escola que manteve sua retenção, conforme documento às fls.11, 12 e 13.

Recorre à DE que, diante da impossibilidade de solucionar a contento para o aluno, encaminha o expediente ao CEE com as seguintes informações do Sr. Supervisor de Ensino:

"foram realizadas diligências junto à escola e constatou-se a autenticidade do procedimento da Unidade Escolar e coerência em seu propósito pedagógico;

o aluno cumpriu a Parte Comum obrigatória, faltando-lhe o cumprimento do componente curricular Filosofia, não-obrigatório, no ensino do 2º grau, de acordo com a Resolução CFE 06/86, anexa ao Parecer CFE nº 785/86;

questiona-se a viabilidade da retenção, uma vez tratar-se de adaptação de componente curricular não-pertencente a Parte Comum obrigatória, nem ao mínimo profissionalizante, e sim de componente que serve como enriquecimento curricular e não foi oferecido ao aluno atividade compensatória compatível com seu horário normal de estudo";

"após a análise do caso, à luz das Deliberações CEE Nº 15/86 e 18/86, anexas à Indicação 08/86, proponho seja encaminhado o presente caso ao Conselho Estadual de Educação como expresso na Indicação CEE nº 07/83, pois não é possível suprir, formalmente, "a posteriori", falhas curriculares".

O Sr. Delegado de Ensino acolhe a proposta do Sr. Supervisor fazendo as seguintes considerações:

não se vislumbra à escola outra medida senão a que foi adotada;

pelo que consta do processo, não houve má-fé do requerente em não freqüentar as aulas da disciplina de adaptação, pelo contrario, ficou constatada pelo contido na declaração da unidade escolar, às fls. 05, uma alta freqüência e rendimento escolar bastante satisfatório, faltando-nos, portanto, um amparo legal para uma decisão nesta instância.

2 - APRECIÇÃO

Além dos dados do Histórico, neste momento, convém registrar que o aluno Hugo Soares de Conti cursou a 3a. série da EESG "Prof. José Marques da Cruz" com os seguintes aproveitamento e freqüência: (fls. 07)

	Conceito	Freqüência
Língua Portuguesa e Literatura	C	89%
Inglês	B	88%
História	C	93%
Geografia	B	90%
Matemática	B	95%
Física	C	85%

	Conceito	Frequência
Química	B	88%
Biologia e Programas de Saúde.....	C	88%
Educação Física. . . .	DT	DT

Assim, o aluno não cursou Filosofia na 2a. série, pelo fato já relatado de que o componente curricular foi ministrado no período da manhã, período em que, conforme documentado, estava comprometido com as obrigações profissionais.

Devemos ressaltar, de um lado, o bom aproveitamento obtido pelo aluno e, de outro, a regularidade de sua frequência, em particular, considerando a situação de curso noturno.

De outra parte, embora considerando que podemos entender as dificuldades próprias da Unidade Escolar, que, como outros, vive, com certeza, as dificuldades das deficiências da rede pública estadual, admitimos que a mesma deveria encontrar meios para desenvolver um processo de adaptação nos estudos de Filosofia, já que o aluno esteve presente, quase todos os dias em suas atividades escolares.

Convém observar que não negamos, em hipótese alguma, o mérito da inclusão dos estudos de Filosofia na formação de 2º grau; ao contrário, entendemos que a formação geral do jovem deve estar alicerçada em conhecimentos que lhe forneçam uma ampla visão do homem e ao mundo. Ressaltemos que, neste caso específico, o aluno não se omitiu voluntariamente dos estudos, mas as circunstâncias profissionais o impediram de realizá-los regularmente. Por essa razão, não deve ser punido por uma falta que não cometeu; e o que se depreende do final da manifestação do Senhor Delegado de Ensino, as fls. 16.

Sendo assim, com a recomendação de que o aluno continue sua dedicação aos estudos e ao trabalho, como vem fazendo, entendemos que, dado o mérito, a sua solicitação deve ser atendida, em caráter excepcional. Ao continuar seus estudos, como pretende, que busque a oportunidade de estudar Filosofia, e outras disciplinas de conteúdo formativo amplo, para que sua formação profissional fundamente-se num sólido alicerce de cultura geral, condição necessária ao bom desempenho profissional e aperfeiçoamento pessoal.

3. CONCLUSÃO:

Em vista do exposto e, em caráter excepcional, defere-se o requerido pelo aluno Hugo Soares de Conti, RG. 17.555.937/SP, de modo a considerá-lo concluinte da 3ª série do 2º grau em 1990. Conseqüentemente, fica autorizada a Escola Estadual de Segundo Grau

"Prof. José Marques da Cruz", 7a. DE, DRECAP-2, a expedir o competente certificado de conclusão do 2º grau, para fins de prosseguimento de estudos.

São Paulo, 22 de maio de 1991.

a) Cons. ROBERTO MOREIRA
Relator

4. DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, o presente Parecer.

O Parecer primitivo, da Câmara do Ensino do Segundo Grau, de autoria da Cons. Maria Clara Paes Tobo, foi rejeitado pelo Plenário, transformando-se em Declaração de Voto.

Foram votos vencidos os Conselheiros Antônio Carbonari Netto, Maria Bacchetto, Maria Clara Paes Tobo e Yugo Okida.

O Cons. Francisco Aparecido Cordão absteve-se de votar.

Sala "Carlos Pasquale", em 22 de maio de 1991.

a) Cons. JOÃO GUALBERTO DE CARVALHO MENESES
Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO

1. HISTÓRICO:

1.1 Hugo Soares de Conti, RG. 17.555.937/SP, aluno regularmente matriculado na 3a. série do 2º grau em 1990, na EESG. "Prof. José Marques da Cruz", 7a. DE, recorre a este Colegiado solicitando que seja reconhecida a série cursada e considerado como concluinte do Curso de 2º Grau para prosseguimento de estudos, expondo a seguinte situação:

1.1.1 transferiu-se da EESG "Ascendino Reis" para a referida escola no início de 1990, sendo que, na escola de origem deixou de cursar o componente curricular Filosofia na 2a. série, por não constar da organização curricular da unidade;

1.1.2 na escola recipiendária, o referido componente curricular consta do currículo da 2a. série, sendo necessária a adaptação, o que lhe foi comunicado em fins de abril;

1.1.3 a escola estabeleceu o cumprimento da carga horária no turno da manhã, pois o aluno freqüentava o curso noturno;

1.1.4 estava impossibilitado freqüentar a adaptação pela manhã, uma vez que servidor da empresa Seletto S/A - Indústria e Comércio de Café, cumprindo o horário das 7h24m às 17h12m, de 2a. a 6a. feira;

1.1.5 freqüentou as aulas da 3a. série normalmente e obteve aprovação em todos os componentes curriculares, sendo considerado retido por não cumprir a adaptação;

1.1.6 não lhe foi dada oportunidade de cumprir a referida adaptação através de planos especiais (trabalhos, estudo dirigido, exercícios).

1.2 Tendo tomado ciência de sua situação, recorreu junto à escola que manteve sua retenção, conforme documento às fls. 11,12 e 13.

1.3 Recorre à DE que, diante da impossibilidade de

solucionar a contento para o aluno, encaminha o expediente ao CEE com as seguintes informações do Sr. Supervisor de Ensino:

1.3.1 "foram realizadas diligências junto a escola e constatou-se a autenticidade do procedimento da Unidade Escolar e coerência em seu propósito pedagógico;

1.3.2 o aluno cumpriu a Parte Comum obrigatória faltando-lhe o cumprimento do componente curricular - Filosofia não-obrigatório, no ensino do 2º grau, de acordo com a Resolução CFE 06/86, anexa ao Parecer CFE Nº 785/86j

1.3.3 questiona-se a viabilidade da retenção, uma vez tratar-se de adaptação de componente curricular não-pertencente à Parte Comum obrigatória, nem ao mínimo profissionalizante, e sim de componente que serve como enriquecimento curricular e não foi oferecido ao aluno, atividade compensatória compatível com seu horário normal de estudo";

1.3.4 "após a análise do caso, à luz das Deliberações CEE Nº 15/86 e 18/86 anexas à Indicação 08/86, proponho seja encaminhado o presente caso ao Conselho Estadual de Educação como expresso na Indicação CEE Nº 07/83, pois não é possível suprir, formalmente a posteriori "falhas curriculares".

1.4 O Sr. Delegado de Ensino acolhe a proposta do Sr. Supervisor fazendo as seguintes considerações:

1.4.1 não se vislumbra à escola outra medida senão a que foi adotada;

1.4.2 pelo que consta do processo não houve má - fé do requerente em não freqüentar as aulas da disciplina de adaptação, pelo contrário, ficou constatada pelo contido na declaração da unidade escolar às fls. 05, uma alta freqüência e rendimento escolar bastante satisfatório, faltando-nos portanto, um amparo legal para uma decisão nesta instância.

2. APRECIÇÃO:

2.1 Hugo Soares de Conti, RG. 17.555.937 recorre ao CEE, a sua retenção na 3a. série do 2º grau por não haver cursado a adaptação em Filosofia, baseando-se nos incisos I e II do artigo 14 da Deliberação CEE Nº 15/85.

2.2 Conforme consta dos autos, a direção da escola contra-argumenta que:

2.2.1 o inciso I refere-se à adaptação de componentes obrigatórios da parte comum do currículo, faltando no currículo

lo do interessado, a parte diversificada;

2.2.2 o inciso III refere-se à adaptação de conteúdos programáticos de componentes curriculares da parte comum ou diversificada, isto é, de partes seqüenciais do programa de cada componente curricular e não do programa todo da disciplina, como é o caso tratado

2.2.3 entretanto, o inciso II, referindo-se aos mínimos profissionalizantes, que não é o caso em pauta, é retomado no § 1º, 2º e 3º ampliando, a critério da escola, a aplicação do referido processo à adaptação do componente curricular de qualquer categoria, quer seja da parte comum, quer seja da parte diversificada;

2.2.4 a escola optou, desde 1986, pelas normas contidas nos § 1º, 2º e 3º e inciso II do artigo 14, da Deliberação CEE Nº 15/85, conforme consta de seu Plano Escolar, e deu conhecimento ao aluno por ocasião da matrícula que ele deveria fazer adaptação em Filosofia e das circunstâncias em que esta deveria ser realizada.

2.3 A Deliberação CEE Nº 29/82 em seu artigo 2º estabeleceu que:

"Os currículos do ensino de 1º e 2º graus serão com postos de uma Parte Comum integrada por matérias do Núcleo Comum e do artigo 7º da Lei 5692/71, e de uma Parte Diversificada, destinada a atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos de ensino e às diferenças individuais dos alunos".

2.4 Diante do exposto, é de se concluir que o aluno cumpriu apenas a Parte Comum do currículo, devendo cursar a disciplina "Filosofia", constante da Parte Diversificada, para fazer jus ao certificado de conclusão do ensino de 2º grau.

3. CONCLUSÃO:

Indefere-se o recurso interposto por Hugo Soares de Conti, da EESG "Prof. José Marques da Cruz" - 7ª. DE - DRECAP-2.

Deve o aluno cursar a disciplina Filosofia, constante da Parte Diversificada, concentradamente ou ao longo do ano, para fazer jus ao certificado de conclusão do ensino de 2º grau.

São Paulo, CEE, aos 28 de abril de 1991.

a) CONSa. MARIA CLARA PAES TOBO
RELATORA